

Governo não consegue evitar indexação

CRISTINA ALVES

A indexação da economia está de volta, apesar das tentativas do Governo em evitá-la. Seguros, planos de saúde, condomínios, mensalidades escolares, aluguéis e prestações em geral estão sendo reajustados pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN) ou por índices semelhantes, como o IPC, o IGP ou o IRVF.

— Só os salários estão de fora do sistema de indexação — lembra o Diretor do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, economista Aluísio Teixeira. Na avaliação de economistas de várias tendências, a indexação faz com que o Governo precise redobrar esforços para combater a inflação, que atinge a marca dos 17% ao mês.

O Governo é o primeiro a alimentar a indexação, reajustando diariamente o valor do BTN fiscal, mantendo impostos indexados pelo BTN e até fixando reajuste de contratos pelo IPC. Graças a isso é que o Governo mantém o seu superávit fiscal, lembra Aluísio Teixeira.

— É uma fórmula que tem funcionado bem. O Governo mantém a sua receita indexada porque corrige sempre os impostos enquanto está com as despesas desindexadas. Em primeiro lugar, porque não está pagando a dívida interna e depois porque tem segurado os salários do funcionalismo — explica Teixeira.

Para o Presidente do Banco Interatlântico e ex-Diretor do Banco Central, José Luís de Miranda, é fundamental manter a indexação nos contratos financeiros. Hoje, aplicações como Certificados de Depósito Bancário (CDBs), além da correção monetária pelo BTN, oferecem ainda juros em torno de 60% a 70% ao ano (muito acima, portanto, dos 12% determinados pela Constituição). Já quanto à indexação ou prefixação de salários, a opinião de Miranda é que “o Governo deve resistir bravamente a essa idéia porque seria um erro”. Para Aluísio Teixeira, no entanto, “é uma crueldade não indexar os salários, já que grande parte do orçamento doméstico está indexado”.

José Luís de Miranda afasta ainda a possibilidade de a indexação da economia brasileira se transformar em uma dolarização.

— A dolarização só ocorre quando se perde inteiramente a confiança na moeda e no indexador.

Na opinião do economista Francisco de Assis Moura de Mello, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc), considerado o pai do IPC, a sociedade só decidiu se indexar porque a inflação sobiu e o Governo não combateu efetivamente suas causas primárias.



João Maia defende ação rigorosa contra cartéis para impedir abusos e prática de indexação informal da economia